

POR NATUREZA E POR OFÍCIO: UM REVOLUCIONÁRIO ENTREVISTADO

BY NATURE AND BY TRADE: AN INTERVIEW WITH A REVOLUTIONARY

Giulia Abatti Kasper*

Resumo: A coleta de fontes de História Oral gerou debates devido à validade das narrativas individuais e à memória pessoal dos interlocutores. Alguns historiadores a defendem como meio de registrar vivências fora dos "grandes feitos". No Brasil, as Comissões da Verdade coletaram depoimentos sobre crimes da ditadura militar (1964-1985), ampliando vozes cidadãos. Este artigo segue esse trabalho, convertendo relatos formais em entrevistas e discutindo metodologia com base em Portelli (2016, 2001), Thomson (1997) e Pollak (1989). O estudo foca numa entrevista com Luiz Manfredini, do PCdoB, sobrevivente da ditadura. A conversa informal permitiu explorar temas de forma única, revelando a complexidade da História Oral.

Palavras-chave: História Oral; Entrevista; Ditadura Brasileira; Movimento Estudantil; Regime Militar.

Abstract: The collection of Oral History sources has sparked debates due to the validity of individual narratives and the personal memory of the interviewees. Some historians advocate for it as a means of documenting experiences beyond "great deeds." In Brazil, Truth Commissions collected testimonies about crimes during the military dictatorship (1964-1985), amplifying citizen voices. This article continues this work by transforming formal accounts into interviews and discussing methodology based on Portelli (2016) (2001), Thomson (1997), and Pollak (1989). The study centers on an interview with Luiz Manfredini, a PCdoB member and survivor of the dictatorship. The informal conversation allowed for a unique exploration of themes, revealing the complexity of Oral History.

Keywords: Oral History, Interview, Brazilian Dictatorship, Student Movement, Military Regime.

* Graduada em História – Memória e Imagem pela Universidade Federal do Paraná.

INTRODUÇÃO

Abro este trabalho com o objetivo de transmitir uma experiência de coleta de História Oral e para relatar uma entrevista feita com o atual membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sindicalista e sobrevivente da ditadura brasileira, Luiz Manfredini, na sua casa durante um projeto realizado, com o objetivo de fornecer aos estudantes experiência na coleta de fontes, para a disciplina de História Oral da Universidade Federal do Paraná no dia 30 de março de 2022. O dia seguinte ao da entrevista, coincidentemente, marcava 58 anos do golpe militar brasileiro, no qual membros das forças armadas, financiados e treinados por países estrangeiros, tomaram o poder do país e invalidaram a constituição em 1964. Poucos anos mais tarde, em 1968, as manifestações protagonizadas pelos estudantes e jovens ao lado de uma imprensa cada vez mais crítica, serviram de justificativa para a implementação do Ato Institucional número cinco (AI-5), que fechou o congresso e tornou a perseguição estatal uma prática institucional oficializada. Durante os mais de 20 anos no regime, cerca de 25 mil presos políticos e 10 mil exilados foram registrados oficialmente.¹

No mesmo ano, o contexto mundial era de agitações revolucionárias. Nos EUA, manifestações pelos direitos civis e protestos contra a Guerra do Vietnã; na Europa, uma renovação acadêmica e discussões sobre a liberdade sexual das mulheres; nos territórios da cortina de ferro da União Soviética, tentativas de resistência contra os avanços russos, levantando questões de livre expressão e independência. Estes eventos foram majoritariamente liderados por jovens, que organizaram atos políticos em universidades e espaços alternativos, como festivais de música e galerias de arte. No Brasil, a influência conservadora internacional tentou transformar a geração em apoio aos militares, mas também abriu portas para o contato com grupos de esquerda que lutavam em diferentes países.² Entre 1969 e 1974, durante o período de Médici, a repressão se tornava mais severa, certos setores da esquerda adotaram a luta armada no Brasil. Marcelo Ridenti (1990), identifica cerca de 40 grupos clandestinos, compostos por uma ampla variedade de pessoas, incluindo professores, agricultores, militares de baixa patente, religiosos, artistas e outros.

1 GONÇALVES, D. N. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. 2006. 253f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2006.

2 TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, Florianópolis, 2015. DOI: 10.1590/0104-026X2015v23n3p1001.

Nesse contexto, apesar do trabalho essencial das Comissões da Verdade de ultrapassar as limitações dos escritos documentais através de depoimentos, ainda existe um ângulo da entrevista pessoal, que foca no sujeito como indivíduo, não como testemunha, isto é, um sujeito ativo nos acontecimentos, que participa do processo de construção da memória, ao invés de apenas traduzir eventos observados, visando objetividade. Portanto, a vida do Sr. Manfredini, cerne desta entrevista, oferece uma ótica no uso da teoria metodológica da História Oral e suas subjetividades em um estudo de caso.

Este artigo embasa seus temas nas contribuições de Alessandro Portelli (2016, 2001), Alistair Thomson (1997) e Michael Pollak (1989) ao campo da História Oral e sua coleta. Durante grande parte do século XX, quando a introdução da comunicação em massa, como televisores e transmissões por satélite, apresenta a possibilidade de exposição das opressões sofridas em diferentes partes do mundo, as narrativas começam um novo processo de manuseio, em que grandes empresas midiáticas conseguem definir “discursos oficiais” e diferenciá-los dos relatos “subversivos”. Os três escritores destacaram em seus trabalhos a importância das experiências pessoais na análise de eventos históricos, especialmente em um contexto de marginalização de parte da memória. Essa maneira de abordagem não visa o entendimento objetivo dos acontecimentos, mas sim a inclusão de diferentes percepções na historiografia dos acontecimentos.

O trabalho de Thomson (1997) aborda as críticas feitas à História Oral, como sua maleabilidade e subjetividade, mas argumenta que há importância em levar em conta a memória individual para observar as diferentes camadas da história. O historiador enfatiza a relação entre memória e identidade, como uma pode moldar a outra e as implicações emocionais e afetivas na própria memória; experiências traumáticas, por exemplo, podem provocar rompimentos de linearidade ou prejudicar a compreensão pessoal, isso pode ser indicado por silêncios e bloqueios durante uma entrevista. Outra característica interessante do seu texto é a discussão a respeito dos dilemas éticos de questionar a lembrança de sujeitos, como o processo de exploração da memória pode provocar sensações de ansiedade, embaraço ou sofrimento.

Também defendendo a História Oral, Alessandro Portelli (2016; 2001) trata da prática da entrevista como coleta de fontes, define que elas seriam ferramentas historiográficas co-criadas, pois não dependem apenas do historiador. Essa realização

Por Natureza e Por Ofício

envolve diferentes dinâmicas a respeito do diálogo, temporalidade, confiança e método, entre elas:

1. Entre entrevistado e entrevistador
2. Entre o tempo do diálogo e o tempo histórico discutido
3. Entre a esfera pública e privada, vida do sujeito no contexto histórico
4. Entre a oralidade da fonte e a escrita do registro

Contudo, o fator mais definitivo talvez seja a de relação de poder implícita em uma entrevista, a construção de uma confiança que permite um diálogo aberto, um encontro entre as similaridades que unem os participantes e as diferenças que permitem maiores explicações, pois não há presunção de conhecimento prévio. Como Thomson (1996, p. 19), o autor relaciona memória e identidade e afirma que “Assim como a memória, a própria narrativa é uma forma de performance”.

No entanto, Portelli (2001) é menos envolvido nos aspectos emocionais, elabora o tema a partir da História Oral como forma de questionar narrativas “dominantes” ou “oficiais”. Em seu relato sobre a coleta que fez sobre o Massacre de Civitella³, ele discute a dificuldade de seus entrevistados de “contar o incontável” e como o poder ideológico e estrutural pode afetar a construção de uma memória “coletiva” que na realidade não corresponde com a lembrança individual da população. Assim, ele coloca que a “memória coletiva” nada tem a ver com os indivíduos que viveram aquele evento, mas sim com uma narrativa formal. A ideia é desenvolvida adiante com sua redação “História Oral como forma da Escuta”.

Por fim, Michael Pollak (1989) em “Memória, Esquecimento e Silêncio”, um de seus trabalhos mais importantes, trata da memória coletiva na sociedade moderna, apontando consequências políticas e culturais do esquecimento, principalmente quando o silêncio é determinado por uma fonte de poder, como um governo. Seu principal argumento é da memória como “fator da coesão social”, em congruência com ambos os autores mencionados previamente ao afirmar que a memória compartilhada não se

3 Em 18 de Junho de 1944, na cidade toscana de Civitella Val di Chiana, quatro soldados alemães foram mortos por partisanos italianos (tropas irregulares que se opunham à ocupação estrangeira da região). Em retaliação, a organização paramilitar nazista Schutzstaffel (SS) executaram 115 civis na cidade, 58 pessoas no povoado vizinho de La Cornia e 39 no vilarejo de San Pancrazio. Em 1995, Portelli organiza um texto em que registra os relatos de sobreviventes e discute o papel social da memória e suas subjetividades.

caracteriza como uma junção das lembranças individuais, mas é fabricada. O autor adiciona que a existência de memórias clandestinas ou marginalizadas se mantiveram vivas em períodos de opressão parcialmente por conta da transmissão oral do passado.

Dessa forma, as fontes utilizadas são todas referências no campo da historiografia, são marcos teóricos para o entendimento da memória e seus usos sociais. Além disso, oferecem um mapa para a realização de uma atividade prática de coleta, como uma entrevista.

Também foram utilizados diferentes trabalhos a respeito da importância e obstáculos na produção de fontes orais como meio de registro de culturas marginalizadas ou reprimidas. Tanto Portelli (2016; 2001; 2000) quanto Thomson (1997) tratam, com estudos de casos pessoais, sobre as responsabilidades do historiador nesse momento e citam diferentes elementos como a relação de poder entre os dois lados da entrevista, a dificuldade de tratar de narrativas de violência e a relevância de uma relação de confiança entre interlocutor e ouvinte. Essas fontes admitem uma análise mais profunda do material coletado, permitindo entender como esses elementos se manifestam no contexto de perseguidos políticos no Brasil.

A coleta das informações deste artigo foi feita a partir de uma entrevista semi- guiada por um roteiro formulado de acordo com os interesses dos entrevistadores e de um documento previamente enviado pelo entrevistado, listando um pouco de sua biografia e uma transcrição de seu depoimento diante da Comissão da Verdade do Paraná. Isso permite uma interação entre elementos planejados e não planejados criando ambiente que provoca perguntas de exploração de tópicos que parecem complexos, sem perder o foco do conteúdo de base que concebemos no roteiro. Essa abordagem também acarreta alguma forma de controle por ambos os lados da conversa, auxiliando em nossas tentativas de manter certo equilíbrio na entrevista enquanto concede abertura para o participante expor suas experiências e opiniões.

Para os propósitos deste trabalho, as perguntas mais fundamentais foram pré- concebidas e divididas em etapas cronológicas de acordo com os momentos de rupturas na vida do Sr. Manfredini. Assim, iniciamos com sua infância e a relação que teve com sua família, seu primeiro envolvimento com a política e as consequências da vida clandestina e sua trajetória profissional após a ditadura. As questões foram compostas de modo aberto, isto é, levantando assuntos sem a intenção de direcionar excessivamente as falas do entrevistado.

Por Natureza e Por Ofício

A entrevista foi realizada de maneira presencial na casa do entrevistado, no período da noite. A gravação foi realizada com dois aparelhos celulares e forneceu aos três entrevistadores materiais para além do roteiro definido. Todo o processo foi efetuado com o consentimento do entrevistado, registrado por termos assinado antes e depois do diálogo.

Assim sendo, a entrevista é uma maneira de manutenção da história, apesar de algumas contrariedades, concedem aprofundamento em registro de relatos e compreensão não dos acontecimentos em si, mas das percepções dessa realidade. Esses dados são ricos em detalhes e contribuem para a expansão do nosso conhecimento a respeito de experiências consideradas indescritíveis que, apenas através da conversação em todas as suas habilidades, revelam fatores emocionais que não seriam expressos do mesmo modo em um texto escrito.

Graças ao seu envolvimento direto com as organizações estudantis associadas ao PCdoB, conseguimos o contato com o entrevistado através de um dos dirigentes da juventude do partido. A conversa, como citado anteriormente, se deu no dia 30 de março de 2022, eu e mais dois colegas de classe nos encontramos às 19 horas para iniciar a entrevista, como combinado, no seu apartamento de quatro cômodos, o corredor coberto por livros e a sala por fotos. Após mais uma checagem por parte do senhor Manfredini a respeito do nosso curso e nossas motivações para a conversa, iniciamos a gravação com os dois celulares apoiados na pequena mesa redonda onde estávamos.

As narrativas do senhor Manfredini, apesar de contadas em bom humor, foram enternecedoras e nós, como entrevistadores, tivemos certa dificuldade em manter sua história pessoal separada das nossas avaliações historiográficas do contexto e nossas opiniões privadas a respeito do narrador. Como pretendo demonstrar, dentro da experiência da História Oral, os conflitos da memória são diversos, mas também há uma realidade exclusiva do momento da coleta da informação, as circunstâncias da conversa e as preposições das pessoas envolvidas, isto é, o entrevistado e nós, os entrevistadores. Na verdade, estamos tratando diretamente de pessoas que construíram suas histórias de vida e senso pessoal de identidade ao redor de acontecimentos maiores do que suas experiências, mas que funcionam como agentes ativos nas suas lembranças.

Assim como o estudo prévio, a entrevista também se entrelaçou com o que escreveram Thomson (1996), Portelli (2016; 2001) e Pollak, todos valorizando a

importância das experiências pessoais dentro dos processos históricos e como essas memórias (pública e privada) podem se chocar ou se complementarem.

VIDA EM TEMPOS DE CÓLERA: BIOGRAFIA

Luiz Manfredini, natural de Curitiba, seguiu em sua vida um caminho politicamente similar ao de sua família, seu avô, de quem herdou o prestígio pela leitura, não apenas participou ativamente das campanhas do Petróleo é Nosso no final da década de 1940, como também, foi membro do Partido Comunista até se tornar um octogenário; essa linha política foi igualmente transferida para o seu filho, que passou por momentos difíceis durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. O Sr. Manfredini afirma que havia certo limite nas discussões familiares a respeito do tema, o silêncio entre as diferentes gerações da família teve grande efeito sobre seu desenvolvimento educacional.

Após seu ensino primário, Manfredini foi colocado em um colégio militar, ele afirma que sua família valorizava o exército, em especial seu avô:

L.M.: Não, eu tinha um tio que era coronel, era o coronel médico do exército. Eu nunca vi ele no exército, porque ele entrou pra reserva. Ele era o irmão mais velho do meu pai. [...] E na época o meu avô tinha uma relação assim, tinha, havia na família uma certa visão sobre os militares... Isso antes do golpe de sessenta e quatro, entendeu? Meu avô participou com vários deles na luta pelo “petróleo é nosso” em 1953 [...] Além do que o colégio era muito bem qualificado, né? Então eu quis ir para o colégio militar, poderia não ter ido, poderia ter ido pro colégio estadual.⁴

No ano do golpe militar, 1964, aos 14 anos, Manfredini fugiu de casa, abandonando o colégio, ele foi de ônibus até a cidade de Porto Alegre com o plano de viajar à Itália para encontrar uma atriz por quem tinha se apaixonado após assistir um de seus filmes. Seu pai o achou no mesmo dia e os dois retornaram para casa, contudo a história rendeu uma expulsão do colégio militar, e a sua transferência para o colégio estadual do Paraná. Determinado a retornar ao antigo instituto graças ao seu prestígio pela educação recebida, Manfredini formou o Centro Juvenil de Letras de Curitiba, que depois passou a ser do Paraná. Em um dos eventos organizados pelo centro, convidou um dos comandantes do colégio que o permitiu que voltasse à escola desejada após testemunhar uma das atividades organizadas pelo jovem insurgente.

4 MANFREDINI, Luiz. Entrevista concedida a David Ribeiro, Giulia Kasper e Helena Nassabay. Curitiba, 30 mar. 2022.

Por Natureza e Por Ofício

O esforço, porém, não foi suficiente para o convencer a finalizar sua educação, no primeiro ano do ensino médio, em 1967, Manfredini deixou a escola para integrar a “luta revolucionária”. Atuou no movimento estudantil por dois anos antes de, em 1969, entrar para a clandestinidade. Sua ascensão nesse cenário foi rápida; tornou-se dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e membro da organização de esquerda extraparlamentar, Ação Popular (AP), abandonando o colégio devido às demandas do seu cargo e, mais tarde, as perseguições políticas que o fizeram vítima de um total de 4 prisões ao longo da vida.

L.M.: Eu não lia jornal, eu não sabia exatamente o que estava se passando com a ditadura, o que eles faziam, o que deixavam de fazer, sabe? Essa curiosidade importante pra quem quer fazer política, pô. Ou fazer qualquer outra coisa. [...] Porque a época era de grande efervescência, vamos fazer a manifestação, fazer passeata, fazer pichação...

As mudanças do ano de 1968, sentidas em todas as partes do mundo, no Brasil, se caracterizam, entre outros fatores, através do Ato Institucional Número 5 (AI-5), medida governamental que restringia diversos direitos básicos como livre circulação da população e a liberdade política e de expressão.⁵ Durante esse ano, Manfredini reconheceu o aumento da força repressiva do Estado, ele contou sobre uma tentativa de congresso estudantil interrompido por militares armados que levaram diversos organizadores para serem depostos.

Entre reuniões escondidas e planejamentos ilícitos, o evento mais significativo para o movimento estudantil em 1968 foi a “tomada da reitoria” por estudantes protestando a tentativa de cobrança para a realização do vestibular e cursos na Universidade Federal do Paraná. Essa mudança serviria como um teste inicial do governo para lentamente fazer com que a educação pública não fosse mais gratuita. O caso teve repercussão nacional uma vez que a ocupação contou com combate à polícia e foi negociada entre os estudantes e o então governador do estado, Paulo Pimentel.

L.M.: Tomamos a reitoria. [...] Então chegamos ali e fizemos o que? Sabíamos que a polícia viria, claro. Então, nós tiramos todos os *petit pavet*, não era asfalto ainda, erguemos naquela área da cantina, as barricadas. [...] Tiramos todos os paralelepípedos das ruas e fizeram barricadas, caralho, de um metro e meio era inexpugnável aquele troço. Nós tínhamos no dia anterior esvaziado as lojas que

5 Os artigos que constituem o AI-5 incluem a suspensão dos direitos políticos implicando em proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada; proibição de frequentar determinados lugares; domicílio determinado (Art. 5o).

vendiam estilingue, bolinha de gude, rolha, rojão e amoníaco porque se eles jogassem o gás lacrimogêneo, uma forma de neutralizar era você por amoníaco. [...] Claro, daqui a pouco começa a chegar a polícia, começa chegar a polícia andando. Nós jogamos o rojão no cavalo e ele empinava, caía o sujeito. Ou então aquelas bolinhas, porque aí o cavalo derrapa, era a cavalaria que chegou. [...] Nós botamos um cabra com rádio, um prédio alto na Marechal que dominava tudo, então eles viram “ó a polícia tá saindo de tal lugar, tá chegando, tá em tal lugar”.

Sua primeira prisão se deu no ano de 1967, por panfletar contra as consequências do Fundo Monetário Internacional, o título do texto era "FMI: Fome e Miséria Internacional". Sendo menor de idade, 17 anos, sua família pôde retirá-lo de um centro do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Contudo, sua segunda apreensão em 1969 foi muito mais violenta, agora com o AI-5 em vigor, a execução da tortura estava habitual e Manfredini já operava na clandestinidade. Também contribuiu, devido a intensificação da violência, para o agravamento da situação a Operação Bandeirantes (OBAN)⁶, precursora do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)⁷. Após uma atuação no Movimento Camponês, quando foi direcionado para o interior do estado de São Paulo para aprender e dialogar com a realidade rural do país, ele retorna para casa afim de ter um encontro clandestino com outra dirigente, ao chegar em sua residência, o militante se depara com a polícia apontando metralhadoras para a porta de entrada. Levado para o DOPS mais uma vez, agora reconhecido como membro de uma organização ilegal, o dirigente foi torturado. Sua carreira política rendeu mais 2 prisões, em 1971 e 1978, por seu histórico político mesmo já retirado do contato direto com o Movimento Estudantil.

No ano de 1971 iniciou sua carreira no jornalismo trabalhando para TV e jornais em Curitiba. Nove anos depois, ingressou no serviço público no setor de comunicação do estado, no mesmo período se filiou ao partido PCdoB, pelo qual concorreu a vereador em 1988. Em 2010 se aposentou do serviço público e passou a escrever livros, entre eles estão *As moças de Minas: uma história dos anos 60* e *Retrato no entardecer de agosto*.

6 Lançado em 1º de julho de 1969, o Centro de Informações e investigações operava de forma paramilitar, envolvendo membros da Aeronáutica, Marinha, Departamento de Polícia Federal, Serviço Nacional de Informações e órgãos do governo do Estado de São Paulo. Atuava como uma entidade à margem da lei, realizando perseguições, sequestros, torturas e execuções de indivíduos ligados a grupos contrários à ditadura.

7 Estabelecido em setembro de 1970, suas responsabilidades abrangiam a análise de informações, a coordenação de órgãos militares e o planejamento estratégico para combater grupos de esquerda. Presente em praticamente todos os estados do país, esse departamento ficaria famoso por ser o centro de tortura e assassinato de opositores do regime.

UMA APRENDIZAGEM OU A METODOLOGIA DA ESCUTA

As discussões levantadas por Portelli (2001) em seu texto sobre Civitella permitem o entendimento sobre como as entrevistas pessoais podem ser aplicadas na construção de fontes e discussões, porém, em sua outra obra “História Oral como a arte da escuta” (2001), o autor coloca elementos objetivos da prática de coleta desses relatos, definindo as relações previamente mencionadas entre entrevistador e entrevistado além de descrições do processo de coleta desde local até instrumentos de registro.

Nosso encontro com o senhor Manfredini foi feito, de acordo com nossa sugestão, em seu apartamento; a intenção por trás desta preferência era o conforto do entrevistado em um ambiente sob seu controle, mas que oferecesse a nós um panorama maior de sua vida pessoal. Essas circunstâncias abriram a oportunidade de um contato empírico com o que Portelli (2016, p. 13) chama de “autoridade implícita em uma situação de entrevista”, isto é, as relações naturais entre os sujeitos presentes nessa atividade. Em termos práticos, desde o início da conversa, ao sermos recebidos na casa do entrevistado, estávamos automaticamente sujeitos à sua hospitalidade. O conteúdo de nossas perguntas também foi fortemente definido pelos materiais previamente enviados por Manfredini, e assim tivemos até mesmo nossas anotações iniciais e roteiro manobrados por suas vontades.

A disparidade de realidades entre nós, como jovens acadêmicos nascidos em um Brasil pós-democratização, e a trajetória do entrevistado, que não finalizou seu ensino secundário e se viu obrigado a abandonar residências devido à perseguição militar, conceberam atritos que serviram como bons motivadores para a conversa em inúmeros momentos. Em consonância com a discussão apresentada por Portelli (2016, 2001), uma afinidade vasta de experiência entre os dois lados, pode criar a omissão de informações fundamentais, partindo da presunção de conhecimento prévio, apesar da congruência evidente de juízos políticos entre todos presentes, a desproporção das experiências vividas permitiram relações singulares com o entrevistado, em momentos com o discurso de tom hereditário de seus conhecimentos, como lições quase escolares da história que ele presenciou.

L.M.: Por exemplo, o que que o Stalin dizia? É que você tem que na medida que avança a constituição socialista há uma reação cada vez maior dos setores da da burguesia, então cê tem que fortalecer cada vez mais o Estado. Isso foi demonstrado como um equívoco teórico. Na verdade, você tem é que ir aos poucos, o caminho socialista é aos poucos você vai socializando o Estado. Você

entendeu? Vai atribuindo à população organizada um conjunto de atribuições originalmente do Estado, né isso? E ele fez um caminho ao contrário, né?

Esse trecho da entrevista ilustra a tentativa de estabelecer uma disciplina conceitual por parte do Sr. Manfredini. De acordo com o autor, muito do equilíbrio entre os participantes reside no tratamento do diálogo. O caráter pedagógico de diversos momentos indica novamente a manutenção de autoridade entre todos os presentes, na forma de instruções para considerar suas decisões e trajetórias de vida a partir do seu posicionamento público político, afastando-nos de uma abordagem mais pessoal em vários momentos da vida dele, sobretudo no contexto familiar. O esquivo das perguntas a respeito de sua esposa, filhos e netos demonstrou uma condução marcante na direção de nossa conversa - mais tarde, em um contato pós fático, compreendemos que ocorrências dentro dessa esfera incentivaram a frutificação de uma hostilidade ao tema.

Durante o exercício também percebemos uma visão crítica sobre seu relacionamento com o movimento estudantil. Ele afirma que a ausência de organização e a falta de definição de prioridades, sobretudo as consequências desse desalinhamento, afetam sua educação e, por conseguinte, as oportunidades quando sua carreira na militância chegou ao fim. Ele mencionou que muitos jovens do movimento tiveram parte de suas expectativas frustradas após a redemocratização, pois os grupos propagavam discursos revolucionários ou que reivindicavam uma derrota explícita da ditadura, ao invés da “transição gradual” aplicada, agora fora da noção de identidade política pautada na oposição severa.

Percebemos que o Sr. Manfredini conversa com a experiência vivida por esses atuantes, discutindo as condições acerca da recordação desses jovens militantes já na vida adulta. Muitos paradoxalmente abandonaram parte de seus estudos para se juntar à causa devido às demandas de seus cargos e a preocupação em serem localizados facilmente e, conseqüentemente, se viram profissionalmente sem redirecionamento quando a ditadura acabou. Contudo, observa-se um padrão de comportamento neste grupo geracional; o apego aos anos de lutas e as histórias de repressão que agora podem ser compartilhadas abertamente sem risco de uma exposição fatal. Essa espécie de orgulho que permaneceu entre alguns dirigentes da época presenteou a democracia brasileira com narrativas, explicações, memórias e depoimentos que contribuem para a reconstituição de um passado velado. Além disso, esse orgulho também se acumulou em muitos indivíduos que continuam a se identificar com os cargos que ocupavam na época

e que testemunharam os novos governos superando o receio de novos levantes entre as juventudes.

Voltamos agora para as reflexões a respeito de Civitella. Portelli (2016; 2001) confere que dentro da dificuldade de narrar o inenarrável; “os atos da Resistência são válidos em termos abstratos e à distância, nunca em termos concretos e perto de casa” (Portelli, 2001, p. 115). A memória popular a respeito dessas movimentações, assim como a memória relacionada à própria ditadura, foi diluída através das medidas de esquecimento apropriadas pelo governo de transição, sendo a mais significativa a Lei de Anistia de 1979, que foi criticada duramente pela imprensa alternativa da época⁸ por ser restrita, parcial e tendenciosamente organizada para o perdão dos crimes humanitários do regime militar, assumindo pouca (se não zero) responsabilidade por milhares de desaparecimentos, mortes e abusos registrados ao longo dos anos por vítimas dessas práticas nacionais.

Referente ao movimento estudantil, as lutas travadas por adolescentes e jovens adultos foram rapidamente apagadas da cultura popular⁹, sobrevivendo apenas em metáforas das canções, livros e filmes que tentavam passar despercebidas pelos órgãos de censura. Construiu-se um acordo de esquecimento entre membros do governo, que desejavam absolvição e uma porcentagem das vítimas, que desejavam deixar os anos de chumbo para trás pela expectativa de seguir em frente com poucos resquícios dos traumas sofridos. Também permitiu que uma parcela dessa geração já adulta, especialmente os que não participaram do movimento ao ponto de sacrificarem partes de suas vidas pessoais, considerasse a rebeldia do passado apenas a dramaturgia do presente, isto é, as organizações estudantis já não representavam uma luta objetiva contra um inimigo visível, agora, após a redemocratização, se manifestavam contra o que muitos viam como privilégio; governos eleitos através do voto.

Entre esses muitos, Luiz Manfredini, visualizou em primeira mão a função mítica da história, que consiste no que Portelli define como a função clássica do mito: reconciliar os opostos, isto é, uma rede de interpretações vinculada à questão de se o indivíduo é percebido como um símbolo do coletivo ou como uma alternativa a ele. Como em todas as imagens míticas, esta não tem apenas um significado: “um mito não é uma narrativa

8 Exemplos incluem: O Pasquim, O Movimento, Opinião etc.

9 Apesar da grande ocorrência de estudos referentes aos grupos e organizações de resistência durante a ditadura dentro do ambiente acadêmico, o assunto de política estudantil ainda é pouco abordado na produção cultural popular atual, sem muita representação nas discussões realizadas em filmes, novelas, músicas etc.

unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo". (Portelli, 2001, p. 123)

O conflito pessoal visível na narrativa que registramos é como cada pessoa extrai lembranças de diferentes grupos e as organiza de maneira única. A memória é compartilhada, mas só se torna memória coletiva quando é separada da individual e expressa através de discursos e reminiscências individuais. Cada indivíduo tem algo a contribuir para a história social por meio de suas memórias, mas seus anamneses da Resistência em uma memória "oficial" aconteceram somente depois, através da criação de contos e narrativas que não promovem, em sua maioria, um imaginário dos militantes como figuras heroicas nem opositores à manutenção da segurança nacional mas sim, e talvez a alternativa mais cruel, deslocam a temática do vocabulário social ou a reduzem em representatividade.

Retornando a Portelli (2016, 2001), a falta de discussão pública sobre as mortes e perseguições durante a ditadura faz com que a ideia de resistência contra a estrutura, mesmo que ela tirânica, seja definida apenas pela sua negatividade, como algo que provoca mais distúrbio da ordem natural da história e causa uma instabilidade maior. Nos discursos reproduzidos atualmente, principalmente em discussões para consumo público, como entrevistas e programas televisionados, não ter tomado nenhuma atitude contra a ditadura e a repressão é visto como uma certa dignidade, uma espécie de inocência daqueles que preferem não se envolver em política e tentam se manter distantes da história, mesmo que ela os atinja de forma violenta e abrupta.

Portanto, os condutores dessa realidade reprimida tendem a atuar em dois polos, a ultra disponibilidade para compartilhar acontecimentos traumáticos, como maneira de alcançar uma espécie de manutenção do cenário refreado; ou na supressão congruente com a memória coletiva que nega sua própria atuação, como tentativa de harmonizar-se com a sociedade e afastar-se do sentimento de membro exilado do seu círculo social. Manfredini se encaixa na primeira categoria, disposto a contar sobre seu tempo aprisionado não apenas com tranquilidade mas também com certo humor, uma forma de narrativa que não é incomum aos veteranos da ditadura que associam seu passado militante com sua infância e adolescência.

D.R.: Quais as principais diferenças? Principais diferenças sobretudo entre a sua prisão quando não havia ou Al cinco e as que houve depois.

Por Natureza e Por Ofício

L.M.: Quando Al cinco... por exemplo eu fui preso fazendo uma panfletagem, é outra coisa interessante. Em outubro de sessenta e sete [...] E havia muito protesto então contra a reunião do FMI. E tinha o grande escritor que não sei se vocês já ouviram falar chamado Otto Maria Carport. O cara escreveu um poema, um poema, um folheto, panfletinho, chamado FMI: fome, miséria internacional. Então, nós fomos numa burrice nossa, né? Porque caímos na boca do lobo. Agora fomos na estação... [...] a gente ia distribuindo claro né? E ficamos lá então ninguém foi torturado, a panfletagem não era exatamente crime. Essa é uma diferença importante antes do Al cinco, não era a mesma coisa. O Al cinco criminalizou tudo isso. Mas não, era preso, faz um cumprimento, às vezes o cara levava nos tapetes e tal e né? [...] Nós ficamos presos no DOPS da Rua da Relação no Rio, muito tempo depois eu fiquei sabendo que entre outros caras que ficaram presos lá em épocas anteriores foi o Graciliano Ramos. Em mil novecentos e trinta e seis, né? E outros intelectuais. Aí eu nunca me senti, pô. Eu e o Graciliano estivemos aqui.

O incontável se torna digestível, ao nos acomodarmos as dinâmicas da entrevista e permitir o conforto do entrevistado conseguimos acessar detalhes que não foram fornecidos no seu depoimento da comissão da verdade. Entre as práticas adotadas de Portelli (2016; 2001), tomamos o cuidado de não pressionar pontos onde o senhor Manfredini se retraía, apesar de termos alguma informação, por ele mesmo fornecida, sobre suas prisões, mantivemos as perguntas inespecíficas apesar de tratar dos temas diretamente. Com tempo, ao perceber nossa disponibilidade para ouvir a história por completo, ele narrou não apenas sua realidade como também seus sentimentos, ocorrência rara durante a entrevista.

D.R.: É agora. O que que passa na sua cabeça quando você está em sessenta e nove preso injustamente, tem um regime de exceção, sua esposa está presa, o que que passa na sua cabeça quando fecha uma cela atrás de vocês?

L.M.: Que eu ia morrer. Esse é o lance, porque você não tem... ali a prisão foi clandestina, tá? Ninguém sabia que [eu] tava lá. Aí os caras fazem comigo o que quiserem, né? Então, há um certo fatalismo, né? Porque a gente se prepara pra ser preso, “um dia vou ser preso”, né? Nós tamo numa numa confusão aí que é perigosa, a ditadura radicalizando cada vez mais, então você se prepara pra ser preso né? Se prepara, se prepara psicologicamente, tanto que quando cê é preso, ou seja, “chegou o meu momento”, né? Ta? Mas é a sensação é de absoluto isolamento e comê que eu posso dizer pra você assim de.. Desproteção. Tudo que... podem fazer o que quiserem aqui. Eu tô... nem a minha mulher eu via, entendeu? Era os brutamontes, não é isso? Então eu digo, putz eh era isso, era a sensação de que eu tava ali, não sabia o que ia acontecer, não sabia se ia ser torturado mais vezes, se eles iam fazer aquele esquema, eu sabia que eu tinha uma vantagem eu não era de nenhuma organização que a gente chamava de militarista, que pegava em armas, a Helene, a turma do Lamarca, Vepeta. Portanto, eles sabiam que a Ação Popular não fazia isso. Qualé o grande drama dessas organizações militaristas? Ele prendia um cara e arrebatava o sujeito pra ele dizer qual era o próximo ponto, entendeu? Eh eh no caso da AP eles sabiam que não tinha isso, não tinha raiva, não fazíamos isso. Eh então isso isso de certo modo confortava mas, porque esse pessoal da luta armada sofreu um negócio de louco, né? [...] Mas eu não tinha menor... não tinha ninguém pra apelar cara. Esse é o problema. Então era uma sensação de desproteção absoluta. Tudo podia acontecer ali. E o problema da morte é sempre... era uma possibilidade

extremamente presente. Nós estávamos ali num momento que eles estavam matando gente na rua. Né?

Talvez o momento de maior sinceridade emocional em todo o processo tenha sido sua reflexão a respeito da sua idade no momento da segunda, e mais violenta, prisão: “eu tenho dezenove anos esse é o lance [ri] só tenho dezenove anos e tô aqui metido nesse negócio não arrependido não, disposto a voltar atrás nada mas pensando um pouco na vida né?”. Nesse trecho observamos com clareza o que Portelli (2016; 2001) comenta a respeito daqueles que experienciam acontecimentos traumáticos durante sua infância ou adolescência, e transformam esses acontecimentos em memórias pungentes em momentos de rompimento com a sua juventude.

Também consideramos a finalização da entrevista, ao não desligarmos o gravador até o momento de ir embora, conseguimos registrar uma conversa que ia além da estrutura definida da entrevista. Nesse momento, Manfredini nos contou sobre o processo de escrita de dois livros: *As moças de Minas* e *Retrato no entardecer de agosto*, com os quais nos presenteou antes de irmos, além de fotos que ele não tinha nos mostrado antes, das manifestações contra sua prisão e partes da sua família que até então não tinham sido mencionadas em nenhum material coletado. Esse momento foi importante pois a conversa claramente mudou de tom.

L.M.: [falando sobre o modo como apoiou o livro na mesa] E cê sabe que eu faço isso porque eu sou carteiro, se eu não fizer isso destrói o livro porque sabe? Fica muito, eu detesto o livro assim, né? [dobrado] Eh tem que ficar assim, então eu calço aqui pra ele ficar legalzinho, né?

D.R.: Certíssimo, concordo plenamente com o senhor.

L.M.: Cê não consegue falar “você”, né cara?

[risos altos]

D.R.: Falei mais do que ela, “você”.

L.M.: Não, é só ser você, senhor, eu não tenho nem.... Agora não me chame de tio.

[risos]

L.M.: Aí é de matar, né? Agora, senhor, então, o cara quer chamar de senhor, é meio constrangedor, né? Você, às vezes pega uma pessoa mais velha, é difícil chamar “você”, entende? Pode ser uma minha família, pode chamar pai, mãe, pra você, tudo. Eu [inaudível] não sei, não tem, não tem esse problema de não querer.

VEIAS ABERTAS: O NARRAR DO INENARRÁVEL

Pollak (1989) aborda em seu texto “Memória, Esquecimento e Silêncio” o papel da memória, em especial a coletiva, na manutenção da coesão social. O autor apresenta de forma objetiva a importância da busca pela “memória subterrânea” que tenta se

defender contra a potência dominadora da narrativa “oficial”, ou seja, aquela que é germinada pelos poderes encarregados de decidir o que será parte dessa narrativa; como as instituições que definem quais espaços serão declarados patrimônio e quais podem sair da cena pública, ou institutos responsáveis pela criação de materiais didáticos escolares ou a definição dos debates a serem feitos no campo da educação. Como discutido pelo historiador, essas memórias coletivas ganham uma força quase institucional, podem causar revisões na história e, em sua maioria, acompanhar a linha política do momento em que essa reflexão ocorre.

Fica claro, dessa forma, que os relatos disruptivos a esses processos enfrentam diversas dificuldades. O encolhimento progressivo daquilo que alguns têm como parte de suas vidas, para a construção de algo mais coeso com a experiência da maioria tem como consequência conflitos tanto internos quanto externos, um deles sendo a tendência ao silêncio, algo que Pollak (1989) indica ser transmitido de uma geração à outra. Não apenas isso, mas o gênero também desempenha um papel significativo aqui, uma vez que “os homens não definem, habitualmente, suas ansiedades em termos de transformação histórica e contradição institucional.” (Mills, 1975, p. 10) Vimos um caso claro dessa propensão durante nossa conversa com Manfredini, quando ele conta sobre a recusa de seu avô a discutir sua prisão no governo Vargas e de seu pai a discutir política.

L.M.: Mas o meu avô podia...o que que eu penso assim? Se eu pudesse dar um conselho pro meu avô, que nasceu em mil oitocentos e oitenta e dois, então ele teria... meu Deus, sei lá, bem, cento e quarenta anos agora. Ele podia chegar pra mim e dizer o seguinte, “tá bom, cê é comunista? Ah, bacana, eu também sou, então vamos conversar.” E abrir a biblioteca dele pra mim e tentar sabe... mostrar eh... caminhos. Caminhos eh... que não frustrasse o meu desejo de luta mas que também não me não me empurrasse pra algumas [inaudível] que eu fiz, entendeu? Mas não! Tanto ele quanto o meu pai achavam que desconhecer o problema era me inibir a minha opção... e não aconteceu isso né? Então esse é uma é uma dívida que eles têm comigo, deviam ter discutido isso aí.

É importante também notar o caráter repressivo desses momentos da história, essas experiências foram coletadas durante regimes desfavoráveis à diálogos sobre esses acontecimentos, as razões pessoais para o silêncio que acrescentam em um cenário de medo. A respeito da ditadura militar, os grupos clandestinos fizeram um trabalho de registro oral muito forte, as comissões da verdade incentivaram muitos a discutir assuntos delicados e desenterrar lembranças dolorosas, mas o desafio está no fato do conhecimento que temos de vir da oralidade e estar sujeita aos rearranjos daqueles que contam a história. De qualquer forma, a memória é um processo que nasce de um coro

que se identifica entre si, e o compartilhamento desses relatos, mesmo que imperfeitos, permitiram restaurar uma certa legitimidade aos indivíduos que passaram anos sem a permissão de contar sua história e assistiram um país inabilitado para ouvi-la.

Os depoimentos de Manfredini cobriram muitos de seus momentos traumáticos, e seus mecanismos para enfrentar essas descrições envolvem claramente um humor que tenta negociar com a tragédia, ele conta de situações extremas com certa tranquilidade, de alguém que já se viu na posição de relatar os acontecidos, e, de alguma forma, sempre adicionando detalhes com uma ironia com qual ele não testemunhou na comissão da verdade, quase que para tentar nos tranquilizar ou deixar claro que não estávamos cruzando limites em nossos questionamentos.

L.M.: [...] Cheguei em casa e abri o portão e tinha um.. uma latinha? Botaram essa latinha aqui. Aí peguei e entrei. Eh bati na porta. A porta foi se abrindo, tudo escuro e eu vi uma metralhadora desse tamanho cara, aquelas que é aqueles furinho levantando assim, ó o que que eu fiz “mãos ao alto”, né? Deixei a coisinha, pô aí o cara acendeu a luz, aí eu já vi tudo revirado, sofá, travesseiro, eu digo... e o cara pa, com metralhadora ali. [...] Porque caiu o endereço, foram lá, pegaram a minha mulher e sabiam que ela era casada, que eu tava fora ia chegar em algum momento, me pegaram. Aí, porra, vambora. [...] E aí o cara sentou na frente e eu atrás. O que me facilitou inclusive tinha uns papeizinhos tal e coisa eu joguei aqui. Mas o cara ficou virado pra trás pra metralhadora na minha cara. Eu digo cara [ri] tira esse troço aí. Eu não vou fugir pô. Daqui a pouco bate o carro. Aí dispara isso aqui eu tenho dezenove anos pô né? Cheguei lá e comecei a pensar, o que que eu vou falar? Porque todos nós tínhamos uma história, é duro viver assim, né? Que que eu tô fazendo aqui? Tem que ser uma história,[...] Eh o material aqui eu encontrei no ônibus, vi no ônibus, encontrei, peguei livro, gosto de livro, peguei, nem vi direito o que que tem. É, troço louco assim, mas enfim, é a chamada negar as evidências.

Aí... tá bom, o cara vai me perguntar e eu vou contar essa história vo diz que to em São Paulo procurando emprego papa. Eu achava que eu ia sentar diante de um cara de máquina datilografia depor [ri] cara abriu a porta e me enfiaram um capuz e já foi e entrou na porrada já e eles fazem o terror ah chegou o fulano eu digo “puta merda cara tava me procurando..so importante” essa jogada aí. E me levaram, mais não servi mais nada né? Só que mandaram tirar roupa, meteram no pau do arara. Sabe o que é pau da arara? Sabe né? Pau de arara e botaram a... não agora não sei tá fazendo nada mas era uma um recipiente com água fervendo embaixo que sempre suando suando e me enchendo a boca de sal. Eu lá né.. você vai com a cabeça assim, você quer ficar com a cabeça assim, né? [indica posição com a cabeça] Mas não tem jeito, daqui a pouco vai, vai, vai mesmo. Porra, daqui a pouco eu levei um cacete, um negócio era o choker.[...] Aqui eu acho que foi na coxa aí amarraram o negocinho aqui só que tá então essa foi essa foi aí foi a barra pesada porque já já não era movimento estudantil, era organização política, né? E e num período de de repressão terrível, o Costa e Silva já tava acho que ele já tava doente, tava confusão também entre os militares e então foi... Eu sempre tive sorte, daí eu fiquei lá, eu não sei exatamente quanto tempo eu fiquei, sei que depois eu fui pra cela eh eh encontrei uns cara que eu conhecia, tinha um cara lá que tava na outra cela meio [grita] “ah lágrimas”, “cala a boca cara, cê não me conhece” porque era um cara da UBES. Daqui a pouco o cara me disse que me conhece eu tenho que inventar outra história. Porra, não dá. [...] No dia seguinte fomos lá, fizemos, contei a minha história, “cara, vou ter que pendurar de novo”. Eu digo “pô...” mas você sempre fica esperando, né? Uma

Por Natureza e Por Ofício

coisa o cara dizer que vai te pendurar, que é pau de arara. Outra coisa ele pendurar. Então... aí eu aí eu tive a sorte, e tinha uma coisa muito comum na época que era encrenca entre os órgãos da repressão. Então o a o CENIMAR serviços de informação da Marinha continha problema às vezes aparecia problema com a Cisa que era o Centro de Informação da Aeronáutica que tinha problema com o Exército, com a Polícia Federal, com DOPS... e às vezes esses problemas eram atritos que levavam um soltar os presos do outro, entendeu? Você entendeu como é que é? É muita... muito... né? E um certo, tá aí dois dias depois, sei lá o que, sai da cela, tá sei lá, vai no ônibus, foi pro DOPS. E no DOPS lá eh só posso soturno lá em baixo aquela coisa toda “tamo aqui vamos ver o que vai acontecer”. Aí acho que um, dois dias depois chamam, eu fiz um depoimento absolutamente inverossímil, um horror e os cara.. [L.M. imita digitação na mesa se referindo ao datilógrafo] agora sim, aí de repente ele dá “pode ir embora” tá e minha mulher tava lá também, lá do outro lado das mulheres aí eu...troço louco aí ela queria ver se na mala que eles nos deram estava tudo que nós tínhamos. Ferro de roupa... “Não, para com isso. Eu vou até sair essa mala embora.”

Devido ao grande contraste de ambiente onde realizou seu depoimento para a comissão da verdade, em audiência pública de caráter formal, de maneira casual o senhor Manfredi quebra o ciclo de duas gerações que se recusaram, independentemente da necessidade de suas escolhas, a transmitir a realidade de tempos difíceis e ajuda a tirar um pedaço da história das profundezas, contribuindo para uma operação retroalimentativa, onde descobrir relatos geram mais relatos. O descolamento de pontos de vista e de referência também são significativos para um reajuste das limitações historiográficas, demonstra como o processo do registro e da própria memória é vivo e em constante desenvolvimento, mesmo após a vida daqueles que contribuíram para elas; as narrativas são infundáveis.

MEMÓRIAS PÓSTUMAS DA IDENTIDADE NA DITADURA

A construção de uma performance durante o processo de comunicar experiências passadas a pessoas que não participaram delas é algo estabelecido na teoria da História Oral. Por esses motivos, Alistair Thomson (1997) inicia seu texto "Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias" com uma discussão sobre esses registros como fontes consolidadas. No entanto, ele complexifica o questionamento ao afirmar que a história não pode ser considerada estática. Isso está em linha com Pollak (1989), que esclarece que a história precisa reconhecer as várias camadas da memória individual, mesmo quando ocorrem omissões de detalhes ou distorções lógicas. Nesse contexto, é válido examinar os motivos por trás desses "erros". O resultado desse cuidado é uma profundidade no registro que leva em conta a subjetividade das reminiscências.

Essa reflexão justifica o entendimento de que nós, como entrevistadores, não estamos lá para conferir uma identidade que já conhecemos ou pressupomos, mas sim para ouvir a montagem feita por quem entrevistamos. As imagens, linguagens e recortes temporais que foram feitos pelo senhor Manfredini constroem o quadro de um rebelde que cai na militância como consequência do seu caráter combativo, não o contrário.

L.M.: Eu com quinze anos eu comecei a buscar um sentido pra vida. Sim. Porque cê veja, isso é uma coisa época aí. Eu não vejo muito hoje em dia isso. E também na época não tinha muita gente que fazia isso. Mas por que que eu tô existindo, qual minha função na vida? Pra que que eu vim? Pra que que eu sirvo? e eu precisava de uma doutrina totalizante pra justificar o sentido da vida, totalizando o sentido no sentido de que ela abarcasse as áreas do conhecimento, a história, geografias sociologia, pá. Então, enfim, era uma era uma doutrina que me sustentasse, né? Na existência. Procurei na religião, não encontrei porque achei muito passiva. Eu já tava meio afim de de sempre fui assim meio elétrico, meio, né? Mas não, mas o papo da religião fica rezando aí, não tem...

É evidente que o Sr. Manfredini não teve problemas em tratar da sua juventude, como muitos militantes da época, esse foi o período que acumulou mais experiências e formou um senso de autopercepção determinante para sua vida adulta. A tentativa de compor um quadro desse período é constantemente interrompida por sua interpretação atual e pessoal da sua vida.

L.M.: Eu não fiz curso universitário porque eu fui fazer revolução, é isso? [...] Eh eh... mas eu acho que eu poderia ter terminado o Colégio Militar, eu poderia ter feito um curso universitário, isso não ia atrapalhar em nada a minha atividade política. Entendeu? E talvez eu fosse eh... pelo gosto, pelos livros, pelo conhecimento eu talvez pudesse entrar na carreira acadêmica. Não sei se isso seria, isso não sei seria uma coisa boa. A turma da área acadêmica, tem uma visão meio esquisita da política, entendeu? É muito complicado, mas pelo menos eu teria feito um curso universitário, né? [...] A gente achava que a revolução vinha logo. Eu achava que em cinco anos a revolução estava aí. Então eu não não tratava de nada da minha vida porque eu queria resolver isso depois da revolução, entendeu? [inaudível] idiota né?

O que Thomson (1997) chama de “projeto coletivo de exploração entre memória coletiva e as reminiscências pessoais” (Thomson, 1997, p.70), ao questionar narrativas individuais criam hostilidade, às vezes esses desconfortos interferem no processo de afloramento de memórias e podem causar a omissão de recordações, feitas ainda mais graves pela natureza traumática dos fatos.

O autor discute assim, os dilemas éticos desses questionamentos, a importância de não pressionarmos pontos evitados, mas permitir um espaço em que o entrevistado perceba o valor do seu relato na esfera pública. Precisamos também admitir que os

objetivos com essa coleta nunca irão ser inteiramente compatíveis com as expectativas do projeto, a construção de uma fonte oral é um processo que envolve a participação do narrador da história e do historiador. A condução da entrevista não está inteiramente a cargo de quem questiona, é necessário ceder espaço para a colaboração espontânea ao invés de um depoimento formal, assim a entrevista se diferencia de ações como testemunhos institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de História Oral como uma fonte no formato de entrevista e conversa tem implicações significativas para a interpretação de eventos passados, contribui para uma perspectiva única que não pode ser encontrada em documentos escritos ou de posições formais. Permite que vozes de indivíduos que talvez não tenham sido registradas oficialmente, às vezes até para a manutenção de uma narrativa “coletiva” beneficiária à quem a define, tenham suas experiências compartilhadas e transmitidas às novas gerações.

Contudo, essa coleta apresenta seus obstáculos, memórias podem ser falhas e subjetivas, e cada indivíduo possui uma interpretação diferente do mesmo evento. É fundamental considerar o contexto no qual esse registro é feito, incluindo o enviesamento do entrevistador, a disposição do entrevistado e suas motivações para compartilhar sua trajetória. Adicionalmente, o processo de anotação da História Oral pode consumir tempo e envolve diversas considerações éticas com consentimento, uso da informação no meio público e a anonimidade dos envolvidos se isso for um desejo do entrevistado.

Apesar destes desafios, essa prática historiográfica se mantém como uma fonte valiosa para um entendimento mais diverso e inclusivo do passado, pode providenciar o conhecimento que foi perdido em diferentes tentativas de reconstituição da memória. Com a evolução da tecnologia, a coleta e preservação da História Oral se torna cada vez mais acessível, permitindo uma representação mais heterogênea da história.

Por fim, em uma breve nota pessoal, a experiência de realizar esta entrevista foi uma educação para além dos ofícios de um historiador. A reflexão que permanece é o fato de que os relatos e histórias do Sr. Manfredini são compartilhadas entre milhares de pessoas, sejam elas vítimas ou perpetradores. Existe um limite para o que se pode aprender em salas, artigos e livros; esse limite, se abandonado sem ponderações, por vezes abre espaço para que muitos consigam se afastar das complexidades e horrores do

passado e viver sob a vulgar impressão de que essas realidades estão desligadas do presente e da política atual. Mas, para aqueles que têm a coragem e oportunidade de manter a memória viva, cabe a responsabilidade de nos lembrar da onde viemos e garantir que os defensores desse passado tenham seus nomes e atos registrados nos epitáfios de suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE GRAZIA, V.; PAGGI, L. Story of an Ordinary Massacre: Civitella della Chiana, 29 jun, 1944. *Law & Literature*, v. 3, n. 2, p. 153-169, 1991.

FILHO, D. A. R. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GENTILLI, V. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 2, Florianópolis, 2º semestre de 2004.

GONÇALVES, D. N. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. 2006. 253f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2006.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

NASCIMENTO, D. S. N. *A história dirigida: censura e filmes históricos no cinema brasileiro nos pós AI-5*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, 174 f., São Cristóvão, 20

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, A. *História Oral como a arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 1. edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-130.

RAPOPORT, M.; LAUFER, R. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n.1, p. 69 - 98, Brasília, jun. 2000.

RIDENTI, M. S. *As mulheres na política Brasileira: Os anos de chumbo*. USP, Rev. Sociol., p. 113-128, 1990 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/QBnBNdHBv3pLJNdMWp4bL4k/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 19 de maio, 2022.

SULEIMAN, S. *Crises de memória e a segunda guerra mundial*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, Florianópolis, 2015. DOI: 10.1590/0104-026X2015v23n3p1001.

THOMSON, A. Reconstituo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História* (15), São Paulo, abr. 1997.

VALLE, M. R. do. A arquitetura do AI-5: os militares, o movimento estudantil e a imprensa. *Revista de Estudos Universitários*, v. 43, n. 1, p. 99–111, Sorocaba, jun., 2017. DOI: 10.22484/2177-5788.2017v43n1p99-111.

Recebido em: 21/09/2023

Aprovado em: 17/11/2023